



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 11/07/16

Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Luiz Nogueira

para relatar.

Em 11/07/16

Luiz Nogueira
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

PARECER Nº ____/2016

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Indicativo de Projeto de Lei nº 18 de 2016

Ementa: *Institui no âmbito da Administração Pública do Estado do Piauí o programa Patrulha Maria da Penha para assegurar as medidas preventivas na Lei Maria da Penha e dá outras providências.*

1. Relatório

Trata-se de Indicativo de Projeto de Lei que *Institui no âmbito da Administração Pública do Estado do Piauí o programa Patrulha Maria da Penha para assegurar as medidas preventivas na Lei Maria da Penha e dá outras providências.*

É o relatório.

2. Parecer

No que concerne à juridicidade, o projeto afigura-se legítimo, uma vez que se insere harmonicamente no ordenamento jurídico.

Quanto à técnica legislativa, por fim, nada há a inquirar a proposição em comento, eis que vazada em boa técnica e no estilo próprio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

Quanto à competência, a via eleita é a que se apresenta, qual seja, Indicativo de Projeto de Lei, uma vez que compete ao Executivo Estadual políticas que envolvam sua gestão.


É o parecer.

3. Voto

Pelo exposto, meu parecer é PELA CONSTITUCIONALIDADE e juridicidade do Indicativo de Projeto de Lei nº 18/2016, votando, de conseguinte, por sua integral aprovação.

É como voto.

Sala das Comissões em ____ de dezembro
de 2016


Júlio Ferraz Arcoverde
Deputado Estadual
Relator

